

Fim das punições na Eletrosul

Partidos políticos, sindicatos e organizações sociais juntam-se para reverter "castigo" dos trabalhadores



Eletrosul, naquela manhã, fechou seus portões, contratou uma empresa para filmar e fotografar a manifestação (cujo filme depois foi passado no auditório para que os chefes delatassem os participantes). Gostaríamos que as punições fossem revistas e que esta prática não volte a ser utilizada. Lembro ainda que na primeira reunião que mantivemos com o presidente Ávila este nos prometeu retirar as câmeras de tv que estão no hall da empresa. Mas, ao contrário, mais câmeras foram colocadas".

Segundo Ávila se o relato de Mauro Passos fosse verdadeiro todas punições estavam revogadas. "Mas não é verdade". Ávila disse que não puniu quem foi à manifesta-

ção, mas quem participou da concentração no hall da empresa. Tirou da gaveta o famoso "interdito proibitório" que, como todo mundo já sabe, proíbe os sindicatos de realizarem reuniões na empresa sem o consentimento da direção. "Esta foi a 38ª vez que o Sinergia realizou um comunicado ilegal dentro da empresa. Todos empregados que participaram desta manifestação na catraca foram punidos. A determinação judicial tem que ser cumprida. Não há nenhuma relação com o café da manhã e o MST. Não vamos querer transformar isto numa coisa política".

A inconsistência dos argumentos da diretoria da Eletrosul foi delatada em várias intervenções. Foi denunciado que no dia anterior ao 17 de abril as gerências da Eletrosul intimidaram os trabalhadores anunciando que haveriam punições se alguém participasse do ato.

O deputado João Henrique Blasi, do PMDB, na qualidade de presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa tomou então a palavra pedindo à diretoria que "à vista dos fatos", revisse as punições. O deputado Lício Silveira, do PPB, sugeriu que, uma vez que a decisão judicial havia sido contrariada tantas vezes, e como "o movimento foi muito importante a nível nacional" as punições fossem suspensas. Logo depois o deputado Carlito Merss, do PT, lembrou que existe um conflito com a Eletrosul desde 1993, relativo às câmeras de televisão espalhadas pela empresa. "A não ser em bancos nunca tinha visto este aparato (além do mais em bancos o sistema não funciona para controlar os trabalhadores). E confesso que, ao entrar aqui, minutos atrás, me senti constrangido. Além do mais não entendo o sentido das punições. Justamente quando o MST vem até a Eletrosul para reconhecer sua importância estratégica para o país, pessoas são punidas por se manifestarem solidárias a isto? Está claro para mim que as punições têm conteúdo político". Outro deputado do PT, Idelvino Furlanetto, manifestou sua solidariedade aos punidos. Finalmente o deputado Jaime Mantelli, do PDT, comentou que o Brasil vive um momento histórico em que está construindo um futuro democrático que nunca teve. "Por isto, numa hora como esta, a direção da Eletrosul deve mostrar sua boa vontade nesta direção".

Claudio Ávila, ao final do encontro disse que "não aceito insinuações de que as punições tiveram relação com o ato do dia 17". Manifestou sua resolução de discutir a revisão das punições na reunião da diretoria da empresa, na próxima segunda-feira e se disse disposto a, "sempre que houver um impasse com os sindicatos buscar alternativas. "Queremos superar este problema de realização de manifestações aqui na empresa, continuamos abertos para discutir isto".

Na manhã de quarta-feira, dia 7 de maio, parlamentares catarinenses, sindicalistas, advogados, representantes do Movimento Sem Terra, da Central Única dos Trabalhadores, do Coletivo de Agricultura catarinense, se uniram, como poucas vezes num leque de tão distintos matizes políticos, com o objetivo de revogar as punições aplicadas aos empregados da Eletrosul que participaram da mobilização do MST do dia 17 de abril. Em audiência de hora e meia com o presidente da Eletrosul, Cláudio Ávila, falaram sobre a atitude equivocada da direção da empresa e demonstraram sua determinação em defender os punidos.

O primeiro a falar foi Alvaro Santin, da coordenação do MST, que leu um comunicado do movimento. "O MST repudia veementemente as atitudes do presidente da Eletrosul Sr. Claudio Ávila da Silva, pelas suas incumbências arbitrárias em tentar intimidar os trabalhadores que participam da luta pelos seus direitos e em defesa do patrimônio público... Queremos também lembrar que tais atitudes pertencem ao passado na história brasileira. Temos convicção que a solidariedade entre os trabalhadores é a única forma possível de resistência, sobrevivência e garantia das mínimas condições de vida do povo. Entendemos que a Eletrosul é um patrimônio da sociedade. Portanto, este patrimônio deve ser preservado por toda a sociedade e principalmente pelas autoridades que a dirigem. Esperamos que tal posição seja revista. Reafirmamos nosso compromisso de lutar em defesa do patrimônio público e prestar solidariedade aos trabalhadores que são perseguidos por essa causa".

Com o mesmo conteúdo foram as intervenções dos representantes do Sindicato dos Médicos, dos Vigilantes, dos trabalhadores em Processamento de Dados, dos trabalhadores nos Correios, Bancários, Professores, Funcionários Públicos Estaduais e Federais, trabalhadores na Previdência, e CUT.

Logo depois, falando pelos eletricitários, Mauro Passos fez um rápido relato dos acontecimentos do dia 17 de abril. Explicou que até mesmo o comandante da PM que estava nos portões da Eletrosul naquele dia havia afirmado que nunca tinha visto uma manifestação tão ordeira e civilizada. Lembrou que os manifestantes foram recebidos na porta da Celesc pela diretoria da empresa, assim como o presidente da República recebeu naquele dia a coordenação do MST. Lembrou que o Brasil inteiro se manifestou no dia 17 e que milhares de pessoas saíram dos seus locais de trabalho para prestar solidariedade ao MST. Citou a imagem emblemática dos funcionários do Banco Central de Brasília que receberam a marcha com uma chuva de papel picado. "Para nossa surpresa porém a

A Lista do Carrasco

Héllo Colmbra
diretor do Sinergia

As punições administrativas que vêm ocorrendo na Eletrosul, seguindo ordens do presidente da empresa, Cláudio Ávila, contra os empregados que, como cidadãos conscientes, tiveram a dignidade de prestar solidariedade ao MST e de protestar contra as privatizações, está marcado por gestos pessoais de uma sordidez inominável. Empregados, entre eles gerentes, estão sendo convocados para que, numa sala fechada e frente uma tela de vídeo, reconheçam, nas fitas gravadas da manifestação, os colegas que vão aparecendo. O objetivo é sua punição. A partir das suas "colaborações", os identificados são chamados pelos chefes de departamentos para serem avisados, escrita ou verbalmente, das punições que sofrerão. Pobres indivíduos, esses delatores. Para estar bem com seus chefes, manterem os cargos, um salário melhor e uma gratificação, conquistados normalmente às custas do "puxassaquismo", entregam seus colegas, sem nenhum constrangimento. Alegam que cumprem ordens e que não podem fazer nada. Na sua lógica, entregariam as próprias mães.

Com certeza essas pessoas têm a consciência tranquila, pois seus perfis morais são adequados a tais gestos. Muitas delas são reincidentes e nós as conhecemos desde a época do Gananiga - quando se prestaram ao terror implantado, fazendo, inclusive, as listas das demissões.

Há os Schindler que fazem listas para salvar as pessoas; mas os nossos personagens são como o carrasco nazista Eichmann: as fazem para a morte.

editorial

Novos Blecautes: o

Na época da inflação galopante, o governo, sem nenhuma explicação convincente, identificava e responsabilizava o chuchu pela alta dos índices inflacionários. Agora, diante de dois grandes blecautes, que atingiram mais de 10 milhões de pessoas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, os responsáveis pelo setor buscam também as mais estaparfúdias explicações para justificar a ocorrência.

O ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, preferiu insinuar que os blecautes poderiam ter sido motivados por "sabotagem de origem política" em razão do processo de privatização em andamento no setor.

Já o presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio, foi um pouco mais "técnico" na sua

análise e propôs, para amenizar o problema, que os chuveiros elétricos não fossem utilizados entre 18 h e 19 horas, período de alta no consumo. Sinalizou também, que a Eletrobrás estuda medidas de tarifa diferenciada nos horários de pico, tentando com isto inibir o consumo através de uma sobre-taxa na conta de luz daqueles consumidores que por ventura quiserem tomar um banho naquele horário.

As explicações oficiais, lamentavelmente, em nada contribuem para a solução do problema. Os blecautes não ocorreram por ato de sabotagem e muito menos por causa dos chuveiros elétricos. Trata-se de um problema de ordem técnica, próprio de um sistema que está atuando no seu limite, e que só não ocorre com

mais frequência pela reconhecida capacidade profissional dos trabalhadores desse setor. Na contramão desta realidade, o governo, sabedor da necessidade urgente de novos investimentos, ou invés de direcionar o capital privado que se dispõe a investir no setor elétrico para as obras inacabadas, aumentando assim a capacidade de geração do país, numa ação predatória e inconsequente estimulou

Investindo na formação socialista

"Imagine não haver propriedades.... Imagine todo o mundo dividindo tudo, vivendo sua vida em paz" expressou John Lennon certa vez numa música que, para muitos tornou-se hino. Esse desejo de igualdade foi amplamente estudado e difundido por Karl Marx em 1848, quando escreveu o Manifesto Comunista. Nascia aí uma das maiores correntes filosóficas do mundo, chamada hoje de Marxismo.

No 4º Encontro de Revistas Marxistas, realizado do dia 1º a 4 deste mês em Florianópolis, cerca de 300 pessoas discutiram os 80 anos da Revolução Bolchevique e a atualidade da luta anticapitalista. Foram apresentados os exemplos de socialismo no mundo e suas consequências. Um dos momentos mais fortes do encontro foi a palestra de João Pedro Stédile, representante do MST, hoje o maior e mais representativo movimento de oposição à política neo-liberal. Ele questionou e criticou o fraco empenho dos partidos de esquerda na conscientização da população quanto às atuais políticas e a necessidade de mudanças na questão social

do país. "Foi um momento de entrelaçamento dos intelectuais com o MST", comenta Bernadete Aued, coordenadora do encontro e do Núcleo de Transformação do Mundo no Trabalho.

O encontro deste ano reuniu representantes de duas revistas do Uruguai, sete argentinas, sete do Brasil além de apresentar exemplares de publicações de outros países da América Latina. Os outros aconteceram em Santa Maria (RS), Córdoba (Argentina) e Montevideu (Uruguai). "O objetivo de todas é divulgar o conhecimento socialista e o público alvo é principalmente o meio universitário, militantes partidários, intelectuais e simpatizantes", comenta um dos organizadores, Marco Aurélio Da Ros.

A revistas marxistas de hoje não

são mais ligadas aos partidos políticos editoriais, preocupando-se a economia e tantas outras áreas. A editor da Crítica marxista, e

é, antes de tudo

Apesa r

no calendário

toria

encontro."Agra

da Reitoria, n

sência", como

informou ainda

as discussões

tiva para o enco

acontecerá en

dação do mov

latinos onde r

das.



TRABALHISTAS DERRUBAM NEOLIBERAIS NA GRÃ BRETANHA

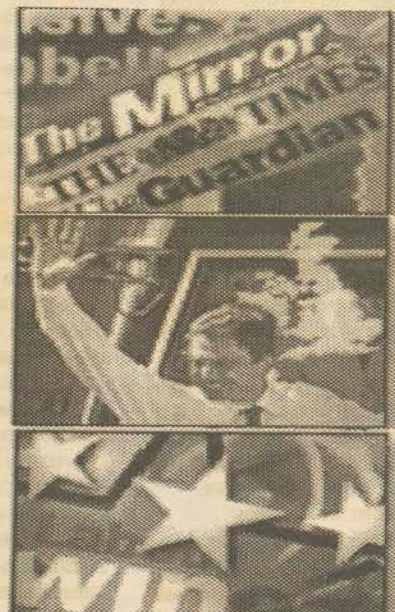
Um "novo" Partido Trabalhista assume o poder na Inglaterra esta semana depois de derrotar de forma humilhante o Partido Conservador dos neoliberais Margaret Thatcher e John Major. Esta foi a pior performance dos conservadores no século XX, que estavam no poder há 18 anos consecutivos.

O novo primeiro ministro britânico será Tony Blair, 43 anos, que "converteu" o socialismo do Partido Trabalhista numa força de

centro. "Fomos eleitos com o "Novo Trabalhismo" e iremos governar como "Novos Trabalhistas", disse ele durante a festa da vitória. Por isto, muitos dizem que esta vitória não é do socialismo.

De qualquer forma, as eleições gerais na Grã-Bretanha mostram que o país onde foram implementadas em primeiro lugar as reformas neoliberais cansou das propostas "de mercado" e quer mudanças políticas que solucionem os problemas econômicos e sociais da nação. Provavelmente ninguém vá notar mudança alguma nos primeiros meses do governo trabalhista. Mas elas acontecerão.

Como disse o célebre dramaturgo Colin Welland, "depois de 18 anos vendo o país afundado em egoísmo e ganância, quando só o lucro importava, espero que possamos retornar a uma sociedade com consciência social. É disto que os sonhos são feitos".



linha viva especial



Um grande congresso

Luiz Césare Vieira
representante dos empregados
no Conselho de Administração
da Celesc

O Congresso realizado nos dias 25 e 26 de abril em Ponta das Canas foi sem dúvida um evento histórico para os empregados da Celesc. Muitos fatos contribuíram para o excelente clima predominante durante o evento. O aprazível local, a Escola Sul da CUT, que é um símbolo internacional de solidariedade dos trabalhadores que se cotizaram e até ajudaram com sua mão-de-obra a erguer o edifício. A natureza, que contribuiu com dois destes maravilhosos dias de outono. Mas o ponto forte foi mesmo o encontro e a confraternização de 220 celesquianos vindos de todo o estado para refletir sobre a experiência comum de trabalhar numa mesma Empresa.

apresentá-lo à sociedade. Este objetivo foi atingido com as conclusões dos seus grupos que realizaram um diagnóstico da Empresa e apontaram temas para futuros aprofundamentos.

ORGANIZAÇÃO

O próprio processo de organização foi rico em debates e participação, numa demonstração inequívoca da vontade dos celesquianos de repensar e melhorar a Empresa em que dedicam seu trabalho. Foram formadas duas comissões, uma de organização e outra de preparação da tese. No primeiro dia do Congresso foram realizadas palestras seguidas de perguntas. De acordo com o depoimento de vários colegas a palestra proferida pelo advogado João Luiz Duboc Pinaud serviu para iniciar o evento num patamar elevado, graças aos valores de dignidade humana transmitidos pelo grande jurista. É preciso reconhecer também o gesto do presidente da Celesc, Paulo Tatim, que não só aceitou o convite como preparou uma esclarecedora palestra sobre a atual situação da Empresa e respondeu todas as perguntas formuladas. Foi de fato um bom momento de respeito mútuo, comprovando que é possível e desejável o relacionamento construtivo entre diretoria e empregados. A palestra do deputado João Henrique Blasi também foi importante para mostrar a todos que existem na Assembleia Legislativa deputados de excelente nível intelectual e autonomia de idéias. Blasi não só afirmou ser contrário à privatização da Celesc como também justificou tal convicção com conceitos fundamentados na filosofia política. Mauro Passos, que substituiu Pinguelli Rosa, também contribuiu muito para esclarecer os celesquianos da iniciativa brilhante de levar o debate sobre a

privatização das estatais catarinenses às Câmaras Municipais. Por fim é preciso reafirmar que a presença de deputados do PMDB, PPB e PT não descaracteriza o caráter necessariamente suprapartidário do Congresso e deus desdobramentos na luta contra a privatização e reformulação da Celesc, mas pelo contrário, reforça. A privatização ou não das Estatais é um assunto de interesse de toda a sociedade independentemente de cor partidária. A decisão final será dos deputados que precisam ser questionados sobre suas intenções.

CELESC - EMPRESA PÚBLICA

Conforme especificado na Tese do Congresso e legitimado pelos delegados, o caminho a ser seguido deve ser o de aprofundar as bases para a construção de uma Empresa Pública, profissionalizada, com continuidade administrativa e ética. Foi consenso de que não devemos, na luta contra a privatização, defender o modelo vigente, mas ampliar a discussão em torno de um novo modelo, em instâncias como o Governo do Estado, Assembleia Legislativa, entidades representativas da sociedade civil, consumidores, acionistas minoritários e, como já vem fazendo os sindicatos, para as Câmaras de Veradores e Prefeituras Municipais. O fato de extrapolarmos o corporativismo da defesa de nossos direitos trabalhistas imediatos para defendermos a construção de uma empresa que cumpra adequadamente seus objetivos sociais e técnicos, nos coloca numa condição de legitimidade para propor tal debate na sociedade.

CONJUNTURA

Não é novidade para ninguém que a atual conjuntura internacional e nacional é adversa para todos os trabalhadores espe-

cialmente para aqueles que como nós trabalham em empresas estatais. Apesar de derrotado recentemente na Inglaterra com a vitória eleitoral dos trabalhistas, os ventos do neoliberalismo continuam soprando forte no Brasil de FHC. Mas também aqui os sinais de esgotamento deste modelo que só beneficia o capital vão ficando evidentes na medida em que o povo sai às ruas para exigir reforma agrária, protestar contra as privatizações, desemprego e exigir ética na política. A nível de Estado, o governador Paulo Afonso cedeu ante as pressões do governo federal para rolagem da dívida, se comprometendo a encaminhar projeto-lei à Assembleia Legislativa para privatizar a Celesc, Besc e Casan.

Nós do setor elétrico recebemos a cada dia uma enxurrada de notícias vindas de mídias que fazem o jogo dos poderosos que nos assombram com privatizações e demissões. Todos esses fatos da conjuntura indicam a urgência de nossa intervenção no debate sobre os destinos das empresas públicas do Estado. Por isso a importância do Congresso que serviu como uma preparação para este debate e para a mobilização dos empregados para as mudanças qualitativas que se fazem necessárias na Celesc. Uma categoria que mobiliza 95% de seus empregados nas greves, certamente terá a capacidade de mobilização para enfrentar os desafios impostos pelo autoritário FHC a todas as empresas públicas.

ENCAMINHAMENTOS

Nesta semana estarão reunidos todos os coordenadores e relatores dos grupos para dar encaminhamento às resoluções tiradas no Congresso.

É sempre a mesma exploração do trabalho

"Globalização e privatização são novas palavras-chaves da retórica dos poderosos para esconder uma prática antiga: a da exploração do Terceiro Mundo. Estamos engolindo uma nova receita da velha prática da espoliação", advertiu João Luiz Duboc Pinaud, advogado e professor marxista, casado pela ditadura militar e um homem ligado aos movimentos populares, primeiro palestrante do congresso e que falou sobre "Estado e Empresa Pública".

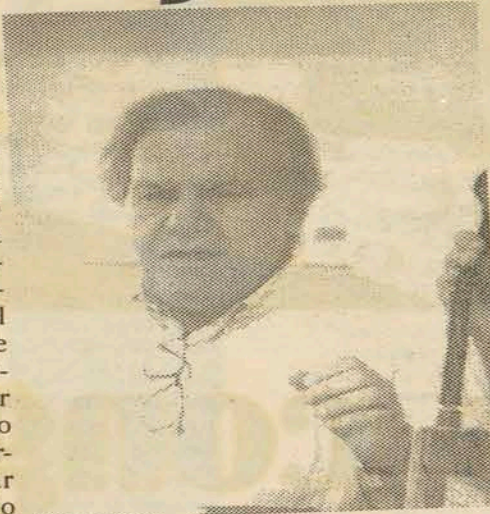
Para Pinaud nestes tempos neoliberais "é fácil ser um empulhador, tanto que o maior mentiroso do país é nosso presidente, cujo acúmulo de mentiras já o transformou numa contradição ambulante, uma figura sorridente aberta apenas ao monólogo."

Para o professor a privatização é a última fase do sucateamento do Estado proposto pelos neoliberais.

A globalização, com as privatizações que sua agenda necessita, é uma nova "pax romana" conquistando e saqueando

a título de internacionalizar e equilibrar. Mas sua "cara nova" de dominação mediante a ordem econômica internacional não esconde que é necessário sofrer o governo dos mais fortes e deixar ao arbítrio deles tomar o que quiserem, sem outros juízes que eles mesmos. Por isso deve se chamar os que hoje trabalham para globalizar e privatizar como "servos teóricos" ou "moços de bom recado", como os reis portugueses chamavam seus moleques.

Para executar este projeto velhos expedientes usados na ditadura voltam à cena, sempre com o objetivo de ofuscar os ex-



Pinaud contra os servos teóricos

(aliás como toda elite governante é contente e graciosos!), mantém nossas reservas internacionais no exterior rendendo juros de 3% ao ano, enquanto paga aos bancos "credores" da dívida externa, taxas de juros de 7 a 11 vezes mais altas que as recebidas no depósito das reservas monetárias. No ano de 1993, o governo brasileiro reser-

plorados. "Decretos sigilosos de endividamentos criminosos que comprometeram a soberania nacional foram assinados pelos militares. Agora o senhor Cardoso, entre risos e gracejos,

vou 62% de suas despesas para pagar compromissos relativos à dívida externa e interna. Sobram, portanto, somente 38% para pagar a folha de pessoal, manter os serviços sociais (previdência, saúde, educação, alimentação popular, habitação, etc) e para investimentos públicos na economia. Com a redução violenta da renda per capita o Brasil entrou na condição de **exportador de capital** (serviços da dívida externa, evasão de capitais, lucros das empresas transnacionais, royalties, etc) e continua na sua condição de **explorado** em suas matérias primas."

Hoje, o grande embate da sociedade brasileira, entende Pinaud, é lutar contra as privatizações. "A privatização da Vale do Rio Doce, por exemplo, é a entrega do nosso sangue. Uma modalidade de colonização primitiva. O governo quer privatizar uma riqueza que ele nem conhece do mesmo modo como os governos anteriores pagaram sobre a "dívida" externa sem saber,

como ninguém sabe ainda, o seu efetivo montante.

Do fundo confuso da minha memória, lembro de uma história que me foi contada na infância. Um milionário norte-americano quis comprar por qualquer soma a tela "Cristo Morto" do pintor holandês Jan Eyck. A comunidade de onde o quadro vinha, apesar de precisar de dinheiro para obras de contenção de águas, depois de muito discutir, rechaçou a proposta. Segundo eles a obra de arte pertencia a todos, falava da sua cultura e, logo, não estava à venda, nem tinha preço. A nossa oligofrenia política está discutindo o preço da Vale. Quem está em condições de dizer quanto custa este patrimônio? Possuímos apenas a Vale e a Petrobrás como trunfos no competitivo embate internacional. Vendê-la é um suicídio. Seria o mesmo que agora os sem terra desistissem de fazer ocupações e tranquilizassem os latifundiários dizendo que a partir deste momento "concentraremos nossa luta em pedidos

e apelos à consciência conservadora brasileira".

O professor lembra que não há como realizar nosso desenvolvimento alimentando os interesses do grande capital. "Em livrinhos velhos, encontramos nas falas de Sócrates, por exemplo, a idéia de que a Justiça é cada um fazer o que lhe toca. Foi isto que aconteceu quando 27 líderes de nações indígenas se reuniram em Brasília, em defesa dos ianomami. Eles ensinaram: todas nações indígenas estavam sofrendo e em perigo, mas a nação ianomami sofria mais. Portanto as ações de defesa teriam que ser em favor dela. Do mesmo modo, na nossa luta contra privatizações e "ajustes estruturais", a mensagem pela preservação da Vale do Rio Doce é urgentíssima. Ela está em perigo próximo e sofrendo mais do que as outras. Como também é urgente impedir que as empresas públicas brasileiras sejam privatizadas em negociações em lugar de passarem por um aperfeiçoamento democrático".

Tatim e os números



O último painel, com o título **Modelo de Gestão e Visão Estratégica da Celesc**, contou com a participação do presidente da empresa, Paulo Tatim. Em uma hora e meia ele apresentou o quadro de como a Celesc está desde que assumiu o cargo em 02 de janeiro de 95. "Até então eu não entendia praticamente nada do setor energético", comentou. Tatim falou dos números da Celesc: inadimplência, terceirização, acidentes, modernização administrativa, financeira e institucional, comparou a Celesc com as outras empresas de energia elétrica estaduais e apresentou superficialmente o Plano de Modernização da instituição que será uma parceria com a UFSC e outras fundações. O objetivo é transformar a Celesc em 20 unidades de negócio e fazer com que as pessoas não tenham medo de tomar decisões "quem ajudar na execução deste plano receberá méritos, até mesmo em dinheiro". O presidente só se

posicionou politicamente na parte do debate. Não quis assumir publicamente, mas afirmou que a Celesc não precisa ser privatizada e que os R\$ 3 bilhões necessários para a geração de energia não devem vir da venda das empresas elétricas. Na sua fala, no entanto, houve uma grande contradição. Se uma das metas é dividir a Celesc em 20 unidades de negócio, prática utilizada na preparação de empresas para a privatização, como o mentor deste projeto é contra a venda da empresa? Enfatizou ainda que cabe ao Governo Estadual e à Assembléia Legislativa a decisão final sobre as privatizações propostas para o estado.

No final do painel, risos... Os Manezinhos da Ilha, Dona Bilica e Seu Maneca, apareceram para pedir que a luz não acabe no Canto da Lagoa (comunidade pesqueira da capital) e pediram ao Tatim apenas seis empregos para conhecidos e três aposentadorias pra Bilica. Com seu jeito mané de ser, os dois atores arrancaram boas gargalhadas dos já exaustos congressistas.

Deputado do PMDB se diz defensor da Celesc pública



Blasi lamenta atitude do governo FHC

O deputado estadual, João Henrique Blassi, do PMDB, foi o segundo palestrante do congresso e se disse defensor da Celesc como empresa pública e portanto contrário a sua privatização - "não há nada que justifique a privatização da Celesc".

Segundo ele, se um dia alguém quiser privatizar a empresa terá primeiro que pedir a aprovação da Assembléia Legislativa. O deputado disse repetidas vezes "lamentar que o governo FHC chantageie os governadores pedindo a privatização das empresas estaduais em troca das dívidas dos estados. Muitos governadores já capitularam".

Blasi entende que energia é uma "atividade de infra-estrutura, valioso instrumento de promoção da qualidade de vida, por isto não há como se entender uma Celesc que não seja do estado. Isto não significa que ela deva ser necessariamente estatal. Pode ser uma para-estatal, com plena autonomia administrativa e financeira."

Questionado por diversos participantes do encontro sobre seu voto favorável à criação da Invesc que teve seu capital assegurado por ações da Celesc (episódio que a maioria acredita ter sido a privatização da empresa, já

que o estado teria perdido o controle acionário da Celesc ao colocar estas ações à disposição do mercado) o deputado negou todas as vezes que a Invesc tenha significado a privatização da Celesc. "Se isto ocorrer o contrato é nulo, porque deve ser precedido de uma lei de cessão do controle acionário da empresa. A Invesc é um instrumento moderno de alavancagem de recursos. O controle acionário do Estado na Celesc foi preservado. O único equívoco, neste caso, foi de que os recursos obtidos não foram reinvestidos na própria Celesc".



Não à privatização!

Na parte da tarde, o segundo painel contou com a presença do Deputado Federal, Luciano Zicca (PT-SP) e membro da Comissão de Energia da Câmara Federal. Lamentavelmente, o professor Pinguelli Rosa não pode participar do Congresso, por problemas de conexão entre vãos.

Numa rápida explanação Zicca enfatizou o quadro de verdadeiro desmonte de energia do Conesul. Citou o caso da Argentina onde a energia aumentou cerca de 500% desde que suas empresas foram privatizadas. "Todo o setor

petroquímico e siderúrgico do Brasil já foi vendido. O que melhorou?" questionou Zicca. "Não podemos abrir mão da infraestrutura do Estado Brasileiro. Nem os EUA permitem investimento estrangeiro superior a 25% no setor de telecomunicações, por que aqui tem que ser assim?" concluiu deputado Zicca.

Outro painelistas foi o também deputado federal Vânio dos Santos (PT-SC). Ele reforçou a importância de se lutar por uma empresa pública e de qualidade: "não se quer apenas manter a empresa, mas o serviço

que presta à população. O mesmo foi apresentado por Rogério da Silva, representante dos empregados no Conselho Administrativo da CESP. Silva destacou ainda a previsão de lucro da Eletrobrás para 1997: R\$ 4 bilhões, o maior da história da empresa. Se a justificativa para a privatização é o mau desempenho de suas estatais, a Eletrobrás, assim como a Vale, estão fora. Silva apresentou também o outro lado da privatização do setor elétrico sofrido em São Paulo: nos dois últimos anos foram demitidos 55 mil eletricitários naquele estado. Ainda neste painel o Vereador de Florianópolis, Mauro Passos

citou o trabalho que vem sendo desenvolvido por alguns colegas de plenário no estado. Eles querem percorrer todas as cidades, visitando as Câmaras de vereadores para conscientizá-los da importância do Besc, Celesc e Casan continuarem empresas públicas. Na última semana a Câmara de Tijucas aprovou por unanimidade uma Moção de repúdio à privatização destas empresas. "A privatização, da forma que está sendo colocada, não garante investimentos", conclui Passos.

Avaliando o Congresso

O IV ouviu alguns participantes que apresentam suas posições sobre o encontro:

Leonir Salete Ouro de Matos, Concórdia

"A conscientização do empregado de que é preciso mudar o conceito de empresa pública foi o que mais me chamou a atenção no Congresso. Outro ponto importante foi a participação efetiva dos congressistas, que durante as discussões, mesmo com posições diferentes, chegaram ao consenso de que é preciso que a Celesc tenha uma continuidade administrativa. A empresa está defasada e a atual forma de administrar não condiz com o que a realidade exige."

José Amarildo Rampelotti, Gaspar

"Foi uma oportunidade ímpar de avaliar a empresa hoje e apontar uma perspectiva para o futuro do ponto de vista do trabalhador. Além disso foi o momento de reafirmar a posição dos celesquianos contrária à privatização"

Marlene Florência Roz, Florianópolis

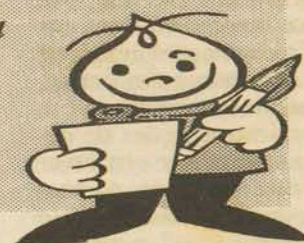
"Eu não esperava que fosse tão produtivo... O Congresso aconteceu num momento crucial para a decisão dos rumos da empresa. Agora me vejo na obrigação de divulgar o que foi discutido, como uma pressão para impedir a privatização, afinal, as deliberações do Congresso não podem ficar só no papel."

Randerson Gonçalves, Criciúma

"A palestra do professor João Luiz Duboc Pinaud realmente entusiasmou e foi esclarecedora. A qualidade dos palestrantes influi diretamente nos resultados das discussões. Por isso a ausência de alguns convidados desanimou um pouco. Quem não é envolvido em movimento sindical pode ter se sentido perdido em alguns momentos. Mas de uma maneira geral o congresso foi muito válido. O grupo onde eu participei era bem esclarecido até porque estavam nele administradores, gerentes, sindicalistas. Minha sugestão para o próximo é que participem mais funcionários da base."

Os depoimentos dos celesquianos confirmam os números da pesquisa realizada entre os congressistas durante o encontro.

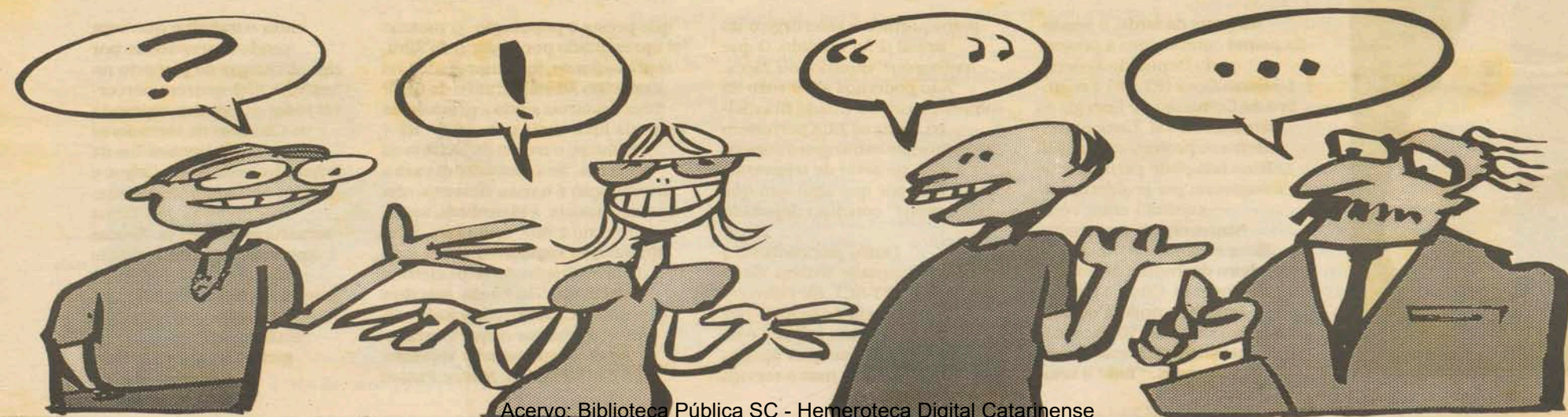
Itens	excelente	muito bom	bom	razoável
PAINÉIS	16%	53%	28%	03%
TESE-GUIA	13%	58%	26%	03%
INFRA-ESTRUTURA	38%	41%	20%	01%
ORGANIZAÇÃO	24%	50%	25%	01%
CLIMA (relacionamento, integração, produtividade)	21%	57%	21%	01%



Roberto Carlos Lins Caldas, São Francisco do Sul

"Antes do congresso eu achava que a privatização da empresa não era pra valer. Lá me conscientizei de que a Celesc precisa continuar sendo administrada pelo governo para que tenhamos garantia do nosso emprego. É uma pena que poucos funcionários tenham esta consciência disso. Por isso acho que os sindicatos têm que se empenhar ainda mais nesta campanha contra a privatização."

Além desses itens, 32% consideraram o Congresso além das expectativas, 64% julgaram dentro do esperado e apenas 4% esperavam mais do encontro. Outros números: 66% acreditam que o congresso deve ser anual, 19% acham melhor que seja a cada dois anos e outros 15% sugeriram outras periodicidades. Atividades Culturais: 93% gostaram e apenas 7% não aprovaram.



Risco da privatização



estes investidores a comprar suas usinas já em operação, o que em nada contribuirá para diminuir o risco de novos blecautes. Prova disto está na retração do capital privado em novos investimentos, tendo em vista, que sobre o aspecto empresarial (onde o que vale é a oportunidade do negócio), comprar ativos de geração é muito mais atraente que investir durante vários anos na construção de uma nova usina.

Esta política de desmontar seu patrimônio pondo à venda seus ativos, equivocadamente promovida pelo governo, transformou o setor elétrico num verdadeiro balcão de negócios, deixando o capital internacional, à vontade para comprar a usina que lhe der a melhor oportunidade de retorno do seu investimento. A relação direta do setor elétrico com todos os segmentos sociais e econômicos do país, extrapola qualquer privatização já feita. Sua complexidade e abrangência é tamanha que ao mesmo tempo que exige um planejamento de longo prazo da expansão do sistema, necessita também de um detalhado programa de operação diária otimizado. Estas duas peculiaridades do sistema elétrico

brasileiro são incompatíveis com o programa de privatização que se anuncia. Desconsiderá-las é um erro histórico de consequências imprevisíveis. Fragmentar para vender o suporte de geração que se tem hoje, representado pelas usinas da Eletrosul, de Furnas, da Chesf e da Eletronorte, como pretende o governo, além de não adicionar um Mw a mais no sistema, dificulta também a operação integrada. Consequentemente, se a causa dos blecautes é a falta de investimentos nos sistemas de transmissão e geração, esta política de vender usinas já em operação só agravará a situação, aumentando em muito a probabilidade de convivemos com novos e mais intensos blecautes.

Vale: um marco de luta

ta têm uma liberdade em estética, literatura, não é de Jorge Miglioli, apina "Marxismo" o programa político. Um evento previsto SC, ninguém da Reipareceu no mos as contribuições mentamos sua au Bernadete Aued. Ela e o encontro descolou to Rio/SP e a perspec do ano que vem, que nos Aires, é a consoli to com outros países marxistas são edita-

O governo FHC vendeu "no grito" (entre uma liminar e outra), na tarde de terça-feira a Vale do Rio Doce para o Consórcio Brasil. Mas será que os gringos vão levar? A batalha judicial para impedir a transferência continua apesar do ministro do Planejamento, Antonio Kandir ter tentado sacramentar o "negócio" batendo o martelo. E logo depois saiu para festejar: às 17h 50 min da terça-feira foi aberta a primeira garrafa de champagne Moët et Chandon para comemorar o negócio. Uma liminar porém suspendeu os brindes. Segundo esta liminar, dada a conhecer minutos depois de ter sido realizado o leilão, fica impedida a transferência das ações da estatal para a iniciativa privada.

O Consórcio Brasil, apesar do nome e apesar de ser "encabeçado" pela CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), está "ancorado" em grandes investidores estrangeiros (leia-se norte-americanos), como o Citibank, o Opportunity, George Soros e o Nations Bank - o quarto mais os banco dos EUA, este último quem bancou mais da metade dos R\$ 3,338 bilhões pagos pelo controle da Vale.

A verdade sempre aparece...

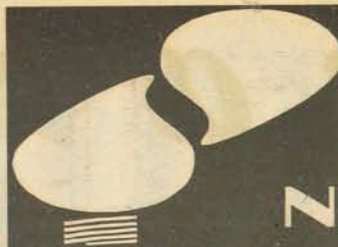
A Campanha pela Moralização da Celesc continua mostrando ao público as irregularidades na empresa. No dia 23 de abril aconteceu um debate na rádio Eldorado de Criciúma, com a participação do Presidente do Sintresc, Nazareno Corrêa e a Chefe da Agência Regional da cidade, Eng^a Ivone Farias. A questão mais conflitante foi com relação ao parcelamento em 24 vezes do débito de faturas de energia elétrica, no valor de R\$ 9.759,23, da firma Souza Esquadrinas e Móveis Ltda (SOEM), cujo termo de reconhecimento de débito foi

assinado pela engenheira Ivone, representando a Celesc e por seu marido, Américo Farias, que também é funcionário da Celesc e assinou o referido termo representando a SOEM. Ocorre que o **boletim de autorização de parcelamento** e o **termo de reconhecimento de débito** foram assinados pela engenheira como proprietária da empresa no primeiro documento e como gerente regional da Celesc no segundo. É claro que este fato foi negado no ar pela engenheira.

Durante a entrevista também foi questionada a determinação da diretoria da empresa no controle de horas extras. A chefe de

Criciúma limitou-se a comparar a situação de sua agência com a de outras regiões. Mas nem sequer mencionou que em 05/11/96 foi detectada pela auditoria da empresa a prática expressiva de horas extras por um grupo privilegiado de empregados.

Diversas pessoas ligaram para a emissora indignados pelas acusações de "ladrões" proferidas pela engenheira, denegrindo a imagem do Sindicato e dos próprios funcionários da Celesc. A partir de então o Sintresc vem recebendo diversas denúncias de irregularidades na agência. O que se pretende agora é realmente descobrir quem são os



NOTAS

DEBATE

Política Governamental de Privatização é o tema de um debate que acontece dia 15 deste mês, às 19 horas, na Universidade do Contestado, Campus de Canoinhas. Os eletricitários, que estão em campanha contra a privatização, estarão representados pelo Sindinorte e pelo Sinergia.

LER

Os portadores de LER de Santa Catarina agora têm a APLER/SC - Associação dos Portadores de LER no estado. Foi fundada em 17 de dezembro do ano passado e funciona na Rua visconde de Ouro Preto, 308 - Centro de Florianópolis. Telefones: (048)224-7113 - ramal 13.

APOSENTADORIAS ESPECIAIS

A Portaria Interministerial nº 18, que trata da criação de um grupo de trabalho para estudar a inclusão ou exclusão de agentes nocivos no Anexo IV do regulamento dos benefícios da Previdência Social, abre a possibilidade para a revogação e/ou expedição de decreto específico sobre as aposentadorias especiais. O representante do Sinergia para tratar deste assunto na FNU e junto ao GT é o diretor Hélio Coimbra.

OIT PRESSIONA FHC

A Organização Internacional do Trabalho (órgão da ONU) exige que o governo brasileiro anule as multas que chegam a R\$ 45 milhões, aplicadas aos sindicatos dos petroleiros. O motivo das multas foi a greve petroleira que durou um mês em 1995. A Folha de São Paulo do último domingo divulgou o documento da OIT que critica o desrespeito ao direito de greve. A decisão do Comitê de Liberdade Sindical da OIT é definitiva, o que significa que de nada adiantarão recursos para sua suspensão.

PERICULOSIDADE

Nesta quinta-feira a Intercel se reunirá em Florianópolis e discutirá quais os encaminhamentos a respeito do descumprimento, pela direção da Celesc, da legislação que trata da periculosidade.

expediente

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista Responsável: Marli Cristina Scomazzon (DRT/RS4966). Redação: Alessandra Mathyas. Ilustrações: Frank Maia. Diretoria de Imprensa: Olga Leocádia Vieira. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fax (048-224-9104)

Peru: a verdade não revelada

"O Peru é o país da América Latina que mais dogmaticamente aplicou o modelo estabelecido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Os resultados macroeconômicos foram bons - em 1994 a economia peruana cresceu 12% - mas com custos sociais devastadores" diz, na Revista Atenção de novembro de 1995, o jornalista peruano César Lévano, professor na Universidade Nacional Mayor de São Marcos e autor de vários livros sobre a história social do Peru. Dos 23 milhões de habitantes, 13 milhões vivem em condições de pobreza e 7 milhões na mais extrema miséria.

Desde o início dos anos 80 o Peru está em guerra civil. Cerca de 30 mil mortos, dezenas de milhares de feridos e mutilados e mais de 600 mil refugiados, eram as cifras desta guerra até novembro de 1995. A maior parte das vítimas, camponeses e índios massacrados pelos senderistas e pelos militares.

Lévano, retrata em poucas palavras esta realidade: "Os esquadrões da morte militares matam os estudantes suspeitos de apoiar a guerrilha do Sendero Luminoso. Os senderistas executam os líderes de esquerda incômodos ao governo. E

juntos, militares e senderistas protegem os narcotraficantes. Tudo é possível no Peru do presidente Fujimori. Assim funciona um país de miseráveis e pobre de sindicatos, indicado pelo FMI como o modelo a ser seguido na América Latina."

Quem é Fujimori?

Eleito em 1990 para governar o Peru por quatro anos, dois anos mais tarde Fujimori decidiu que o Congresso era um empecilho a ser removido. Em acordo com os militares pôs os tanques nas ruas e aboliu as garantias constitucionais. "As instituições democráticas eram incapazes de solucionar os problemas do nosso país", foi a justificativa que deu para o golpe. Foi reeleito em 1995 com 64% dos votos válidos. Agora já articula um terceiro mandato.

O segundo homem no poder é Vladimir Montesinos. Expulso das forças armadas em 1995 por ter vendido informações para a Cia, ganhou fama e dinheiro como advogado defendendo grandes narcotraficantes peruanos. Em

1990 aproximou-se de Fujimori e desde o início do primeiro mandato deste, é, de fato, o chefe dos serviços secretos peruanos.

O MRTA

Em 1982 o exército peruano, numa feroz repressão ao Sendero Luminoso, passou a perseguir com prisões arbitrárias, tortura e esquadrões da morte todos os segmentos da esquerda peruana. Membros do Grupo Político União Democrática Popular, Victor Polay Campos, Peter Cárdenas e Jaime Petrucci, hoje todos condenados à prisão perpétua pelo regime de Fujimori, entenderam necessário organizar a luta na clandestinidade. Daí nasceu o Movimento Revolucionário Tupac Amaru, cuja pretensão primeira era fazer política revolucionária. O MRTA é um movimento de ideologia gueverista, reinterpretando em termos marxistas os movimentos revolucionários peruanos que lutaram contra a ditadura militar nas décadas de 60 e 70,

e inspirado em mitos da rebeldia Inca, como Tupac Amaru, Manco Capac e Diego Cristóbal, que tombaram na luta contra a opressão da colonização espanhola.

Quanto à tomada da embaixada japonesa, o jornalista Achille Lollo, em matéria publicada em janeiro no Jornal Nação Brasil, arriscou um palpite: "Conhecendo Fujimori e seus conselheiros, entre os quais o juiz italiano Imposimato, tendo em conta os interesses econômicos e políticos que estão em jogo, é muito possível que o sequestro vá acabar nos próximos trinta dias da maneira mais trágica. Isto é: no momento em que a mídia acabar de dar destaque aos guerrilheiros e reféns e todo mundo acreditar que a solução é apenas uma questão de detalhes, os agentes do DINCOTE (División de Combate al Terror) entrarão na embaixada, acabando fisicamente com os guerrilheiros, pois sabem que os 16 membros do MRTA entrincheirados na embaixada jamais usarão os reféns como escudo."

Morte ou resistência?

Fujimori fez esperar os mortos, para no dia seguinte posar de herói junto deles para as câmeras de todo o mundo. Naquele ritual macabro, Fujimori parecia dizer que o MRTA estava aniquilado.

Em 28 de abril estava na Internet o Comunicado nº 17, no qual o MRTA agradece a solidariedade recebida de homens e mulheres de todo o mundo pelo desfecho trágico da operação na embaixada. Um dos trechos diz: "Do mesmo modo como a morte de Che, a morte física destes companheiros não impedirá que seus exemplos de consciência revolucionária, generosidade e humanismo transcendam a toda a humanidade e se constituam em um estandarte de luta contra o neoliberalismo".



**CINE
MA
CIC**

08 - quinta
19 horas - Testemunha de Acusação
21 horas - Shine

09 - sexta
21 horas - Shine

10 - sábado
18 horas - Evita
20h30 - A Malvada

11 - domingo
16 horas - Shine
18 horas - Evita
20h30 - La Conbe Lucien

12 - segunda
20h30 - A Malvada

13 - terça
20h30 - La Conbe Lucien

14 - quarta
20h30 - A Malvada
(última sessão)